

# Sangria na verba do Suds

*Sem fiscalização,  
dinheiro se perde  
em vários estados*

*Ricardo Miranda Filho*

**B**RASÍLIA — O Tribunal de Contas da União (TCU) enviou aos ministros da Previdência e Assistência Social, Jáder Barbalho, e da Saúde, Seigo Tsuzuki, um minucioso relatório onde aponta irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) por prefeituras das capitais e secretarias de Saúde de 12 estados. Entre as irregularidades, o TCU verificou a aplicação ilegal de recursos do sistema no mercado financeiro pelo então secretário de Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Antenor Ferrari, e a realização de despesas sem dotação orçamentária pelo ex-prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares.

A ministra do TCU, Élvia Lordello Castello Branco, relatora do processo, culpou pelas irregularidades "a precariedade de fiscalização sobre a execução desses convênios pelos órgãos repassadores dos recursos: o Inamps e o Ministério da Saúde". Segundo ela, as mesmas irregularidades evidenciadas nas prefeituras das capitais deve ocorrer nas prefeituras menores, onde há poucos recursos humanos e materiais. Nas sete páginas do seu parecer, o TCU aponta irregularidades nos escritórios regionais do Inamps, nas secretarias estaduais de Saúde e em prefeituras dos estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Em seu relatório, o TCU destaca o caso da Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, que recebeu verbas de CZ\$ 2,89 bilhões até agosto do ano passado. Parte dos recursos foi desviada ilegalmente pelo então secretário Antenor Ferrari para

aplicação no mercado financeiro através do Banco Meridional do Brasil, além de movimentações através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Ainda nesta secretaria, as verbas do Suds foram usadas para o pagamento de gratificações, concessões de diárias e aquisições de materiais diversos por servidores do estado.

O ex-prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares, é apontado no mesmo relatório como tendo usado parte da verba de CZ\$ 160 milhões que recebeu até agosto do ano passado para o Suds em aplicações no Banrisul, além de realizar despesas sem dotação orçamentária. Outros dois prefeitos de municípios gaúchos, José Haidar Farret, de Santa Maria, e Carlos Giacomazzi, de Canoas, engordaram a lista de irregularidades com desvios de verbas do Suds para o pagamento de isonomias salariais em suas cidades, deixando de providenciar registros dos recursos recebidos e realizar planos de sua aplicação. Foram repassados para o Rio Grande do Sul até agosto de 1988 recursos originários dos ministérios da Saúde e Previdência no total de CZ\$ 3 bilhões.

A lista de irregularidades, porém, é muito mais ampla nos demais estados. Nos escritórios regionais do Inamps foram verificadas concessões de recursos sem planos de aplicação e cessão de bens móveis e imóveis do Inamps sem inventário e termo de cessão. Nas secretarias estaduais de Saúde, constatou-se a aplicação de recursos no mercado financeiro em bancos não oficiais e títulos que não eram do Tesouro Nacional, transferências de recursos do Suds para entidades privadas e hospitais administrados por terceiros, contratação de pessoal sem concurso público, aquisição de bens de firmas não vencedoras de licitação, pagamentos antecipados de despesas, entre outras irregularidades. Dentro de duas semanas, após a leitura do relatório, o presidente do Inamps, José de Ribamar Pinto Serrão, terá de explicar as irregularidades. Em seguida, os servidores apontados nas irregularidades serão ouvidos em audiência.